



**DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E
FLORESTAN FERNANDES**

Giuliano Manera Longhi¹

RESUMO

O artigo tem o intuito de analisar as interpretações sociológicas de Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes sobre o desenvolvimento das economias dos países da América Latina. Nesse sentido, busca-se entender os conceitos de burguesia dependente, associação ao capital estrangeiro, para compreender como cada um dos autores analisa o processo de ruptura do passado econômico do pacto colonial e a passagem para os ciclos de desenvolvimento interno do capitalismo, levando-se em consideração o contexto histórico da Revolução Industrial. Para realizar este estudo utilizou-se a análise bibliográfica e conceitual retratada por FHC e Florestan Fernandes em suas obras, permitindo assim tecer um estudo conceitual comparativo sobre o processo de desenvolvimento, dependência e modernização dos países latino-americanos. Por fim, a presente análise permitiu entender que enquanto FHC coloca a associação da burguesia dependente ao capital estrangeiro para superação do subdesenvolvimento, Fernandes aponta que esse processo não rompe com estruturas privilegiadas do passado colonial, confirmando e aprofundando a condição de subdesenvolvimento.

Palavras-chave: Dependência, Subdesenvolvimento, Capital Estrangeiro.

**DEPENDENCY AND DEVELOPMENT: SOCIOLOGICAL
INTERPRETATIONS OF FERNANDO HENRIQUE CARDOSO AND
FLORESTAN FERNANDES**

ABSTRACT

The article intends to analyze the sociological interpretations of Fernando Henrique Cardoso and Florestan Fernandes on the development of the economies of the countries of Latin America. In this sense, we seek to understand the concepts of dependent bourgeoisie, association with foreign capital, to understand how each of the authors analyzes the process of rupturing the economic past of the colonial pact and the passage to the cycles of internal development of capitalism, taking into account the historical context of the Industrial Revolution. In order to carry out this study, we used the bibliographical and conceptual analysis portrayed by FHC and Florestan Fernandes in their works, thus allowing a comparative conceptual study on the process of development, dependence and modernization of the Latin American countries. Finally, this analysis allowed us to understand that while FHC places the association of the dependent bourgeoisie in foreign capital to overcome underdevelopment, Fernandes points out that this process does not break with privileged structures of the colonial past, confirming and deepening the condition of underdevelopment.

Keywords: Dependency, Underdevelopment, Foreign Capital.

Recebido: 09/03/2017

Aprovado: 28/09/2017

1 – INTRODUÇÃO

Uma das principais deficiências de uma análise puramente econômica do desenvolvimento histórico do capitalismo é de ficar restrito ao chamado “economicismo”. Ou seja, interpretar apenas as realidades sociais sob óticas de produção, distribuição e troca de produtos intra e entre economias, como a economia nacional se forma e se desenvolve a partir da situação histórica inicial. Através de estudo de variáveis econômicas, como a taxa de acumulação de capital, de poupança, o nível de investimento produtivo, as transações com o exterior etc., ignora-se de certa forma as implicações sociais, políticas ou até axiológicas desse desenvolvimento.

O trunfo de uma análise integrada é ter a capacidade de reconhecer a amplitude das revoluções sociais do *status quo ante* que o desenvolvimento do capitalismo foi capaz de proporcionar para as nações do mundo, e como tal processo mudou as estruturas das sociedades a partir de seu advento. Essa análise, também, é muito rica principalmente para estudar os países de passado colonial da América Latina, ao reconhecer, *a priori*, que o capitalismo tem variados entraves, dificuldades e peculiaridades na sua penetração e difusão nesses países periféricos¹.

O objetivo aqui, portanto, é estudar dois importantes autores que se utilizaram desse método de análise do capitalismo nos países latino-americanos: Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Florestan Fernandes. Ambos se tornaram reconhecidos nacional e internacionalmente por seus diversos ensaios e interpretações sobre as implicações sociológicas e políticas do capitalismo na periferia e são referências sobre o assunto².

Os dois autores têm objeto e metodologia de análise bem semelhante dentro das obras estudadas. Porém, mostrar-se-á nesse artigo que, apesar de tais similitudes, há ainda pontos de divergência ao longo das duas interpretações. Apesar de uma semelhança na exposição, das formas de dominação tradicionalista-patrimonialista dos estamentos dominantes ligados ao setor agro exportador, de influência weberiana, as duas metodologias não são, de todo, idênticas. O fator principal que concorre para isso é o fato de Florestan Fernandes – como

¹ Ver em <www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf> um texto de discussão de Theotônio dos Santos que apresenta um balanço histórico e teórico da teoria da dependência e sua relação com as teorias do desenvolvimento.

² Para mais sobre os autores e a escola de sociologia de São Paulo, ver MICELI (1995). Sobre a trajetória de Florestan, ver Sereza (2005), Cerqueira (2004), Martins (1998) e Garcia (2002). Sobre a importância de FHC para a teoria da dependência, ver Limongi (2012) e Dos Santos (1996).

*DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLOGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES*

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

confesso militante socialista – ter clara influência de uma interpretação de sociedade de classes, baseando-se em Karl Marx³. Isso causa diferenciação nas análises, principalmente sobre a dependência: o caráter da burguesia heteronômica latino-americana e sua associação ao capital estrangeiro, no capitalismo dependente, para a superação da condição de subdesenvolvimento e a condução da sociedade nacional à autonomia econômica.

Nesse sentido, algumas questões devem ser apresentadas para compreensão da presente análise, a saber: em que se sustentam essas duas abordagens para definir a dependência? Qual a origem da dependência da burguesia? Resolver estes questionamentos é ponto chave para entender os contrapontos entre as duas interpretações sociológicas e a diferenciação de seus prognósticos para as economias subdesenvolvidas da América Latina.

A burguesia dependente é incapaz de, por si só, ensejar o desenvolvimento de encadeamentos produtivos complexos na periferia e é, portanto, necessário aos países periféricos associar-se ao capital estrangeiro das economias centrais para incentivar o desenvolvimento econômico? Ou a associação inequívoca ao capital estrangeiro é forma não só de corroborar, mas também de aprofundar as relações heteronômicas do capitalismo subdesenvolvido, minando a autonomia dos centros internos de decisão?

Para responder a tais inquietações, esse artigo é composto de cinco seções, inclusa esta introdução. Na segunda parte, apresentam-se os principais tópicos do estudo de Fernando Henrique Cardoso, tendo como central para esta exposição a obra “Dependência e Desenvolvimento: Ensaio de Interpretação Sociológica”. Na terceira seção, são apresentados os principais pontos da análise de F. Fernandes, utilizando-se principalmente da obra “A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica”; na quarta seção, tem-se uma análise a partir de um comparativo que FHC faz de sua obra quando é eleito presidente da República Federativa do Brasil em 1994, contextualizando sua teoria na organização mundial dos anos 1990, e faz-se uma análise comparando as interpretações dos dois autores sobre burguesia dependente e capital estrangeiro, para equacionar, dentro de cada leitura exposta, as perguntas feitas no fim do parágrafo anterior; e por último, na quinta seção, fazem-se as considerações finais.

³ O que não significa dizer que seja apenas uma das influências presentes na obra de Florestan. Ao longo do artigo, as aproximações weberianas e marxianas entre FHC e Florestan são no sentido do desenvolvimento histórico do capitalismo. Porém, enquanto Weber e Marx têm como objeto economias desenvolvidas, o objeto de estudo de FHC e Florestan são, primordialmente, as economias subdesenvolvidas.

2 - DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso é sociólogo, escritor, político, professor universitário e dos mais proeminentes teóricos sobre a dependência. Após carreira acadêmica na Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, e o exílio no Chile em meados de 1964 por ocasião do golpe militar brasileiro, lançou com co-autoria de Enzo Faletto a obra principal a ser analisada nesta seção, Cardoso & Faletto (1979). No retorno ao Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, lança carreira na política. Foi presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 e 2002, anteriormente sendo Ministro das Relações Exteriores e Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco entre 1992 e 1994, além de ter sido Senador pelo Estado de São Paulo entre 1983 e 1992.

Cardoso & Faletto (1979) têm como ponto de partida de sua obra demonstrar metodologicamente a transição de sociedades tradicionais para sociedades modernas, pontuando os pontos fracos de certos autores que estudavam o desenvolvimento à época e que concebiam as economias subdesenvolvidas latino-americanas no pós-Segunda Guerra Mundial como em um estágio de transição ao pleno desenvolvimento. O objetivo de Cardoso & Faletto (1979) era fazer uma análise integrada do processo referido, reconhecendo o desenvolvimento como processo econômico e como processo social.⁴

O livro tem o claro objetivo de ressaltar a insuficiência de análises econômicas que dispensaram os caracteres sociais do processo de desenvolvimento do capitalismo na periferia. Os autores acreditam ser mais adequado um estudo “das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos como condicionantes principais do processo de desenvolvimento” (CARDOSO & FALETTO, 1979, p. 21) e não somente assinalar as consequências de fatores exógenos para o funcionamento do sistema econômico.⁵

De acordo com Cardoso & Faletto (1979), a análise estruturalista-histórica⁶, com o conceito de subdesenvolvimento que assinala aspectos estruturais econômicos dos elementos

⁴ CARDOSO & FALETTO (1979), pp. 16-24.

⁵ *Idem*, p. 21.

⁶ Referindo-se, à época, da contribuição de autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, que nos estudos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) utilizaram-se do método do estruturalismo histórico, que consiste no exame econômico das nações a partir de suas especificidades estruturais históricas, para entender a condição de subdesenvolvimento nos países latino-americanos; para isso, ver, por exemplo: PREBISCH, R. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Org: BIELSCHOWSKY, Ricardo. CEPAL: 2000, Vol. I.; e FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

em atraso das sociedades latino-americanas é “manifestamente insuficiente”. A obra, portanto, tem o cuidado de não só levar em conta o particularismo histórico da formação das sociedades nacionais, mas também as relações de interesses dos variados grupos sociais ligados a essa situação.

Os autores vão além quando argumentam dentro dessa importância do estudo integrado sociológica e economicamente, que a associação feita por tais estudiosos estruturalistas entre a relação centro-periferia e desenvolvimento-subdesenvolvimento não pode ser feita de forma assim tão simples. De fato, a primeira relação tem cunho sociológico mais pertinente sobre a hegemonia política das sociedades nacionais centrais, enquanto a segunda refere-se mais a elementos da posição econômica da nação no mercado mundial, e sobre a penetração e difusão do progresso técnico nas atividades produtivas.

Para Cardoso & Faletto (1979) as condições históricas são importantes para analisar as condições de dependência das nações latino-americanas, mas aspectos econômicos tendem a ser mais transparentes, nublando análises aos aspectos de subordinação dos sistemas sociais e políticos nacionais às economias centrais. Um exemplo disso é a economia brasileira do séc. XIX, que tem sua independência do sistema político nacional e não se submete mais diretamente aos interesses políticos portugueses, mas preserva aspecto de dependência econômica com a Inglaterra por causa das necessidades dos setores ligados à produção agroexportadora.⁷

Assim, as economias dependentes encontram-se em uma situação que divide interesses, com a soberania nacional de um lado e os aspectos de subordinação ao mercado mundial de outro. As economias subdesenvolvidas sempre estiveram atreladas ao desenvolvimento do capitalismo mundial em situação subserviente, o que é crucial para entender sua relação dependente com o centro do capitalismo.

Essa dependência reporta desde os tempos coloniais, mas o interessante é que ela permaneceu de forma mais concreta com os movimentos de independências e a formação de sociedades nacionais na América Latina. Logo, a relação deixa de ser eminentemente “metrópole-colônia” para assumir um caráter de dependência em relação ao desenvolvimento do capitalismo a partir da Revolução Industrial – especialmente Inglaterra – o que implantou

⁷ “As duas dimensões do sistema econômico, nos países em processo de desenvolvimento, a interna e a externa, expressam-se no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social.” (*Idem*, p. 37).

uma situação paradoxal de Estado-Nação independente, mas estabelecida na periferia do capitalismo mundial pela sua relação com o mercado externo⁸.

Cardoso & Faletto (1979) ao analisarem o período que se configura como a “expansão para fora”, ou seja, quando o processo de desenvolvimento é dado por uma orientação para as atividades exportadoras, apresentam uma interessante contribuição para compreender as formas de dependência dos países em relação ao mercado externo. A obra de Cardoso & Faletto (1979) as classifica entre: I) as economias que detinham o poder econômico produtivo internamente, mas eram subordinadas aos círculos de comercialização e financiamento externos (mercado externo), sendo que o aspecto notório era a produção agrícola trabalho-intensiva – com a utilização do trabalho escravo – e a expansão de terras cultiváveis pela colonização⁹. E II) o caso das chamadas economias de enclave, que pela característica capital-intensiva da produção – mineral, petrolífera ou agrícola – em países como Chile, Bolívia, Venezuela e na América Central, não possuíam esse controle econômico interno, pela necessidade de inversões de capital apenas possibilitadas no centro. Tinha-se cada vez mais evidente a subordinação dos aspectos econômicos ao mercado externo e a dependência se mostrava mais pela aliança política com os grupos estrangeiros¹⁰.

O desenvolvimento, então, provoca mudanças nas estruturas sociais a partir da relação das oligarquias agroexportadoras com os setores externos. A dependência significa uma ordem de associação das classes produtoras com os setores capitalistas centrais; entre essas duas classificações, a subordinação assume caracteres diferenciados, mas que ainda representaram mudanças para as sociedades periféricas no curso do desenvolvimento do capitalismo¹¹.

O momento da “transição”, ou seja, da passagem para a organização industrial pós-período de expansão para fora tem o caráter do acirramento dos interesses das classes sociais

⁸ *Idem*, pp. 34-6.

⁹ Em que o autor elenca os países que têm esse caráter de “*plantation*”: Brasil, Argentina, Uruguai, Colômbia entre outros. Essa organização produtiva na colônia era o que Caio Prado Jr. chamava no Brasil de, essencialmente, o sentido colonial: monocultura agroexportadora, trabalho escravo e latifúndio, o que foi explorado fundamentalmente, como Prado Jr. mostra, para a colonização do território brasileiro. PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

¹⁰ CARDOSO & FALETTO (1979), pp. 39-51; CARDOSO (1978). Ademais, a formação de enclaves pode ser também pelo que FHC denomina por “latifúndio de baixa produtividade”, que para o autor são os empreendimentos agrícolas não relacionados ao setor exportador, mas ao abastecimento interno.

¹¹ Sobre as alianças políticas e a formação dos grupos sociais, formam-se “classe dominante local ‘tradicional’, impregnada de características estamentais, de vocação e função mais políticas do que econômicas, e classes sociais ‘modernas’, isto é, cuja razão de ser se define por sua situação de mercado [...]. As consequências dessa situação se fazem sentir de forma acentuada quando [...] a pressão das classes médias contra a ‘dominação enclavista’ se intensifica.” (CARDOSO, 1978, p. 77). Isto é, o caráter contraditório das classes médias (“embrião de burguesia nacional” como o autor diz) frente às classes políticas de cunho tradicional se intensifica, sendo a tônica da “etapa de transição”.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

das nações, no âmbito da dependência externa e também interna, subdividido, como mostrado anteriormente, pelas situações adversas dos grupos sociais internos. A ascensão da “burguesia” latino-americana – as classes médias, nativas ou não, que não devem conceitualmente aqui se confundir com a burguesia europeia – frente aos grupos oligárquicos dominantes foi o elemento em comum da transição para o modo produtivo industrial na América Latina, principalmente a partir da crise de 1929.¹²

A fase seguinte de firmação do mercado interno e da política desenvolvimentista, após a transição, aparece com o Estado com um papel bem mais atuante na forma da política econômica para o desenvolvimento. O período do chamado processo de substituição de importações (TAVARES, 1975) marca uma nova etapa em que o contorno da associação com o capitalismo financeiro internacional ganha mais vigor na figura do desenvolvimentismo, através da utilização gradativa do investimento direto estrangeiro para empreender complexos produtivos na América Latina. Cardoso & Faletto (1979) então reconhecem como esse processo não foi resultado da ação de uma “burguesia conquistadora”, pois “representou mais uma política de acordos, entre os mais diversos setores, desde o agrário até o popular-urbano” (CARDOSO & FALETTO, *op. cit.*, p. 93).

Sobre as orientações da industrialização latino-americana, na orientação para o mercado interno, a obra de Cardoso & Faletto (1979) faz a divisão em três tipos: a) a industrialização a partir de um setor exportador agrícola de vinculação com o empresariado privado (liberal); b) a industrialização vinculada ao poder do Estado “nacional-populista”; e c) a industrialização das sociedades incorporadas na ocorrência de enclaves que, visto a incapacidade dos setores exportadores em agregar-se internamente e o imperativo, assim, do “Estado desenvolvimentista”¹³. Para Cardoso & Faletto (1979) a “aliança desenvolvimentista” entre os setores populares, médios e burguesia industrial, no nacional-populismo, pôde lograr o desenvolvimento do mercado interno em vários países latino-americanos.

A partir disso, os autores veem um imperativo na industrialização desses países e a associação com capitais externos para o pleno desenvolvimento, o que provoca mudanças políticas e sociais profundas pelo próprio curso do desenvolvimento capitalista: “a penetração de capitais estrangeiros, se é certo que marginaliza determinados setores industriais, não

¹² CARDOSO & FALETTO, 1979, pp. 55-90.

¹³ CARDOSO & FALETTO, 1979, p. 96.

chega a ser percebida como um problema para o desenvolvimento” (CARDOSO & FALETTO, *op. cit.*, p. 123). Assim, o seu caráter de associação é diverso daquele observado no âmbito agroexportador e pode, através da internacionalização do mercado interno, desenvolver o capitalismo industrial na periferia.

3 – REVOLUÇÃO BURGUESA, CAPITALISMO DEPENDENTE E CLASSES SOCIAIS EM FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes foi um dos mais importantes sociólogos brasileiros, cuja influência de suas obras o rendeu carreira como professor universitário não apenas no Brasil, mas também no exterior, em países como EUA e Canadá, quando por causa da ditadura militar foi aposentado compulsoriamente na Universidade de São Paulo na década de 1960. No retorno ao Brasil, foi deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) entre 1987 e 1995, ano em que faleceu aos 75 anos.

A análise de Fernandes (1981a), de começo, já apresenta divergências interpretativas ao visto anteriormente com FHC. O autor apresenta seu objeto principal de estudo, o estabelecimento de uma burguesia no Brasil, e os “pecados” de certas interpretações em identificar o burguês no senhor agrário, ou de não considerar burguesia nada que se observe em sociedades “em que não aparece nem o *Castelo* nem o *Burgo*” (FERNANDES, 1981a, p. 16, grifo do autor).

A independência do Brasil e a consequente ruptura do pacto colonial representaram uma transição: de uma sociedade colonial, composta pela senhoria rural, submissa à Coroa – basicamente “rentista” – para uma sociedade estamental, dividida em estamentos senhoriais intermediários e a aristocracia agrária. A transição teve o objetivo de formar-se um Estado-Nação política e socialmente independente, transplantando as condições de dominação colonial dos senhores rurais para garantir-lhes posição privilegiada, pela burocratização da dominação patrimonialista, sem excluir-se a relação heteronômica – por ser escravista, dependente do mercado externo e agrária.¹⁴

Desagregar-se a dominação escravocrata senhorial no curso do século XIX foi a representação do desenvolvimento do capitalismo comercial e financeiro no país, crescendo a produção e consumo interno. Essa tal desagregação foi impulsionada principalmente pela *auri sacre fames* de dois agentes humanos: o fazendeiro, derivado do senhor agrário mas que se

¹⁴ FERNANDES, 1981a, pp. 31-85.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

afasta do caráter senhorial pela avidez nitidamente capitalista, e o imigrante, pelo incentivo da acumulação monetária para voltar ao seu país de origem, não só substitui o trabalho escravo mas também ajuda a estabelecer o capitalismo comercial e a causar o “efeito demonstração” que traz de seu país¹⁵.

Dessa forma, estabelece-se a transição da ordem social senhorial para a ordem social competitiva, em que se passa de uma organização de estamentos senhoriais para uma ordem competitiva, através dos principais agentes humanos que têm a avidez capitalista, o fazendeiro e o imigrante.¹⁶

A formação dessa ordem social competitiva é a organização institucional do sistema político e social para absorver os dinamismos da diferenciação das relações produtivas do capitalismo. O que diferencia as sociedades dependentes é que o capitalismo introduz-se antes da formação dessa ordem social competitiva.¹⁷

O mercado neocolonial, no século XIX, caracteriza-se pelo controle político de dentro, a partir do estabelecimento da sociedade nacional via independência, mas tem controle econômico de fora, pela dependência dos setores agroexportadores ao mercado externo. A ordem senhorial e escravista das sociedades periféricas e economias dependentes, então, apresenta rigidez para absorver os dinamismos do desenvolvimento capitalista.¹⁸

Como se concretiza, então, o “conjunto de transformações econômicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 203, grifo do autor), a Revolução Burguesa no Brasil?

O contexto é da transição de uma era senhorial de hegemonia oligárquica para uma era do poder e da dominação burguesa, uma sociedade de classes. A burguesia, apesar de se

¹⁵ O “efeito demonstração” é um termo de Nurkse (1952), um dos principais autores das teorias do desenvolvimento. O termo refere-se a uma situação paradoxal das economias atrasadas ou em desenvolvimento: ao mesmo tempo em que se faz necessário a poupança para acumular capital e investir em bens de produção, a “demonstração” do consumo da população de países desenvolvidos impulsiona o consumo em economias atrasadas. Com isso, a tentativa de pessoas em países de mais baixa renda em equiparar seu consumo ao dos países desenvolvidos reduz a poupança que é necessária para o investimento em setores de bens de produção e impulsionar o desenvolvimento econômico, o crescimento sustentado e com distribuição da renda do país. Nurkse chama esse processo de ciclo vicioso da pobreza, enquanto Furtado (1992) o chama de raiz do subdesenvolvimento.

¹⁶ *Idem*, pp. 86-145.

¹⁷ *Ibidem*, p. 150.

¹⁸ *Ibidem*, pp. 149-197.

mostrar nacionalista, democrática e revolucionária – aos moldes da Revolução Francesa – na verdade mostra-se conservadora e reacionária.¹⁹

A dominação burguesa se consolida de forma conservadora no Brasil, dominando a classe operária e salvaguardando seus interesses ao ceder aos setores industriais e médios. O “velho” e o “novo”, a velha aristocracia colonial e as elites imigrantes fundem-se, mas a partir da lógica da dominação burguesa da oligarquia dominante. Essa consolidação, portanto, aconteceu por fatores do caráter heteronômico, dependente, da burguesia, de sua certa debilidade e de um campo de atuação restrito, de “condições francamente adversas”.²⁰

A partir do momento da crise do poder burguês no século XX pós-1929, observam-se dificuldades para a classe burguesa; pressões internas pelo acirramento com os setores populares, externas pela pressão do capital estrangeiro, e também a intervenção econômica do Estado. O esquema de dominação burguesa estrutura-se no arquétipo da contra-revolução para defender seus propósitos: relacionar ao capital financeiro internacional, reprimir as ameaças proletárias ou populares e tornar o Estado no instrumento de sua dominação econômica, social e política. É nesse ponto que o capitalismo transita de competitivo para o capitalismo monopolista.²¹

“Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 222). O autor usa-se dessa especificidade estrutural histórica para demonstrar como, no desenvolvimento capitalista brasileiro: não se rompeu com a dependência ao mercado externo; não se desagregou completamente o antigo regime e formas pré-capitalistas de relações produtivas; e, em última instância, não houve superação do subdesenvolvimento.

[...] o desenvolvimento capitalista sempre foi percebido e dinamizado socialmente, pelos estamentos ou pelas classes dominantes, segundo comportamentos coletivos tão egoísticos e particularistas, que ele se tornou compatível com (quando não exigiu) a continuidade da dominação imperialista externa; a permanente exclusão (total ou parcial) do grosso da população não-possuidora do mercado e do sistema de produção [...]; e dinamismos sócio-econômicos débeis e oscilantes...” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 223.)

Fernandes (1981a) cita três etapas desse desenvolvimento capitalista no Brasil, desde a independência até o período imediatamente posterior à “Revolução de 64”. O primeiro deles trata da emergência e expansão do mercado capitalista moderno: a transição neocolonial, do começo do séc. XIX, passando da ruptura do pacto colonial ao estabelecimento de um

¹⁹ *Ibidem*, pp. 203-8.

²⁰ *Ibidem*, pp. 209-214.

²¹ *Ibidem*, pp. 215-221.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

mercado e comércio internos junto à internalização do excedente econômico do modo de produção escravista até a conseqüente crise deste, no terceiro quartel do referido século.

O segundo, a etapa do capitalismo competitivo, partindo do período da participação concomitante do trabalho livre e do escravo nas relações produtivas, que são atraídos para as cidades, e das pressões de fora para dentro e também de dentro. Fernandes (1981a) mostra como o Brasil não cede inicialmente às pressões tanto para abolir a escravatura quanto a universalizar o trabalho livre, as quais eram interesses do desenvolvimento do capitalismo industrial da época; assim, as nações centrais exercem poder indireto sobre a periferia através do mercado.

Essa forma de dominação torna-se cada vez mais complexa ao passar uma ordem neocolonial para competitiva, com o desenvolvimento – em condições periféricas – do capitalismo comercial-financeiro, e as associações aos empreendimentos de economias centrais²². O desenvolvimento do capitalismo competitivo se desdobra em uma dupla articulação contraditória, interna entre o setor urbano-comercial e externa com o setor de agroexportação dependente das economias do centro. Essa articulação, então, impede a ruptura definitiva com o passado através do capitalismo competitivo, pelos interesses divergentes que condensa.²³

A terceira etapa do desenvolvimento capitalista decorre da expansão do capitalismo monopolista, que é diferenciado pelas adversidades dos períodos de guerras, pela disseminação de revoluções no mundo pelo socialismo e a luta do capitalismo pela sua própria sobrevivência. A palavra de ordem, então, é o desenvolvimento pela associação com as economias centrais, expansão dos grandes conglomerados na periferia e impedir a “ameaça vermelha”. O desenvolvimento monopolista na periferia, de forma “muito mais selvagem que nas nações hegemônicas e centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e a longo prazo, entre *democracia, capitalismo e autodeterminação*” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 254) sendo que no Brasil “assumiu com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida” (FERNANDES, *op. cit.*, p. 255).

Esse processo intensifica-se na década de 1950, quando o relativo amadurecimento industrial criou o ambiente propício para deslocarem-se os setores empresariais hegemônicos

²² O mercado “passa a centralizar, gradualmente, operações comerciais e financeiras[...]; doutro lado, ele também passa a ligar[...]regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional de que ela fora, anteriormente, destituída” (*Idem*, p. 238).

²³ *Idem*, pp. 228-250.

na periferia. Isso pode ser notado, por exemplo, com o período de Juscelino Kubitschek e as altas inversões de investimento direto estrangeiro para estabelecer as indústrias de base no Brasil. Essa “irrupção do capitalismo monopolista”, porém, teve um aspecto principal de não só afirmar, mas aprofundar as desigualdades que se observavam na economia nacional.²⁴

Para Fernandes (1981a), o desenvolvimento do capitalismo na periferia, então, não tem os moldes clássicos de uma Revolução Burguesa democrática identificada com uma sociedade nacional independente. O modelo é, na verdade, contrarrevolucionário, ultraconservador e autocrático, perpetuando as relações senhoriais no Estado-Nação para garantir seus privilégios sociais, políticos e econômicos, impedindo um desenvolvimento autônomo das relações produtivas pela heteronomia da burguesia periférica à hegemonia do capitalismo financeiro-industrial das economias centrais.

Portanto, para Florestan Fernandes, no processo do desenvolvimento capitalista dos países da América Latina e especialmente do Brasil, a ideia de burguesia é que esta é inerte e subordinada, enquanto que a noção de capitalismo estrangeiro é de dominação imperialista. De forma diferenciada, FHC credita à burguesia papel central no desenvolvimento da industrialização em países periféricos, essencialmente quando esta é a classe que conseguiria, ao associar-se ao capital externo, alavancar o desenvolvimento dos países.

É nesse ponto que a aproximação dos dois com Weber cria a dicotomia que se pretende salientar entre os autores. Para FHC, associação ao capital estrangeiro completaria o capitalista dependente do seu espírito capitalista moderno, porque a internacionalização do mercado estimula a competição e o desenvolvimento.

Para Florestan, a lógica é outra. O burguês não tem ainda a condução ascética intramundana da vida econômica, ainda é uma condução heteronômica, dependente, subordinada que atende interesses alheios. Uma burguesia atrasada associar-se ao capital estrangeiro estimula, ao contrário de FHC, a inércia e o rentismo pela debilidade da burguesia nacional, confirmando e aprofundando o subdesenvolvimento.

4 – TEORIA DA DEPENDÊNCIA-ASSOCIADA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

²⁴ *Idem*, pp. 278-288.

*DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES*

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

Passadas as apresentações sobre o processo de desenvolvimento capitalista nacional de sociedades dependentes e periféricas para os dois autores estudados, cabe agora entender algumas diferenças entre as duas análises sobre a dependência e o desenvolvimento.

Fernando Henrique Cardoso demonstra o processo de desenvolvimento social, político e econômico da dependência nas sociedades latino-americanas e a situação de atraso causada pelo devido processo, especialmente no período de pós-Guerra.

Apesar de o autor entender a análise estruturalista-histórica como insuficiente, por ser puramente econômica, acaba por concordar com o receituário dos principais estudiosos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para o desenvolvimento econômico da América Latina: a industrialização. A modernização trazida pela internacionalização do mercado interno e a “aliança desenvolvimentista” em prol da capitalização por meio de capital estrangeiro poderiam, então, desenvolver os países atrasados e levar à superação do subdesenvolvimento. Decerto que o estudo seja bem mais comprometido com os aspectos sócio-políticos do desenvolvimento capitalista, a forma da superação do atraso, fundamentalmente, não é descartada.

4.1 – Comparando a dependência associada, anos 1960-1990

Além de sua contribuição para a teoria da dependência, FHC acaba tornando-se posteriormente importante no cenário político brasileiro, principalmente na década de 1990 quando se torna Presidente da República. Seu papel no cenário político foi muito central e é lembrado até hoje, já que representou a estabilização política e econômica após um tempo extremamente conturbado no Brasil, de crises tão profundas que deixaram à década de 1980 a alcunha de “década perdida”.

Justamente por ter participado tão ativamente de um processo de reformulação política e econômica do país, saindo de um longo tempo ditatorial, é que FHC pode demonstrar ainda mais ativamente o que anteriormente expôs em suas publicações. Decerto que, não necessariamente o devido processo tenha sido única e exclusivamente de sua iniciativa e também ter se iniciado pouco antes de ter assumido o cargo de presidente, seu mandato ainda representa um ponto de inflexão na história política e econômica brasileira.

É importante dar ênfase a isso para a leitura de um texto de FHC no mesmo ano em que o autor é empossado, que é de uma Conferência dada pelo ex-presidente em Washington,

em 1995²⁵. Não só pelo cargo que assumia, tampouco pelo momento em que o assume, mas sim o tema que o próprio presidente à época propõe, evidenciado pelo título: *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*.²⁶ O tema proposto pelo autor já é emblemático, mas aqui nesse trabalho se justifica, uma vez que é entendido como a “dependência reexaminada”.

O presente texto de FHC pode ser visto dessa forma porque “nas ciências sociais, os conceitos são historicamente densos” e que “apesar das referências seguidas a mim e a Faletto como autores pioneiros da ‘teoria’ da dependência, desde os anos 60 eu me recusava a dar várias análises sobre ‘situações’ de dependência, o caráter de ‘teoria geral’ da dependência...” (CARDOSO, 1995, p. 148.). Neste trecho observa-se que o autor está reafirmando a sua tradição estruturalista-histórica herdada dos estudiosos latino-americanos da CEPAL ao chamar atenção para as especificidades das nações periféricas. Mas, ao longo do texto, passa a comparar os momentos diferentes entre a época em que escreveu sobre dependência e o período em que exerce o cargo de presidente do Brasil. E o que pode ser entendido para o desenvolvimento daqueles países, através de sua obra, é:

Nos anos 70, desenvolvi melhor a nova forma de relacionamento entre o centro e a periferia através do conceito de desenvolvimento dependente-associado e passei a interessar-me, crescentemente, pelas opções políticas que levariam a situações de maior liberdade de escolha, a começar pela quebra do autoritarismo e, mais tarde, pela existência de novas formas de desenvolvimento econômico e social. (CARDOSO, *op. cit.*, p. 149)

Ou seja, admite-se a situação de dependência ao capitalismo central e, através da associação, as nações periféricas seriam capazes de alcançar formas de desenvolvimento mais amplas ao longo do tempo, que pudessem quebrar com formas políticas e econômicas ultrapassadas. Aqui também Cardoso (1995) argumenta que o subdesenvolvimento não é uma etapa anterior, mas um subproduto do processo de desenvolvimento.

²⁵ “consta do anedotário destas eleições presidenciais a suposta afirmação de Fernando Henrique Cardoso de que renegava o que tinha escrito. Esta atitude teria buscado abrir caminho à sua candidatura presidencial, apoiada pelas forças conservadoras do Partido da Frente Liberal. Mas, além de ter desmentido estas declarações, ele publicou na mesma época dois livros com seus escritos teóricos das duas últimas décadas. As idéias e o seu Lugar, Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento, Editora Vozes, Petrópolis, 1993 e A Construção da Democracia - Estudos sobre Política, Editora Siciliano São Paulo, 1993. Se estivesse tentando negar ou ocultar suas idéias não as estaria divulgando. Ao retermos os trabalhos reunidos nestas coletâneas, publicados em geral nas décadas de 60 a 80, confirma-se nossa convicção de que sua posição política atual não se caracteriza pela incoerência.” (DOS SANTOS, 1996, p. 1).

²⁶ CARDOSO, F. H. *Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos*. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 15, nº 4 (60), outubro-dezembro/95.

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

Para o autor, o que mudou na situação de dependência da América Latina, entre os anos 1960 e 1990 foi a conjuntura política e econômica, nacional e internacional. Por causa disso, o papel do Estado no modelo de desenvolvimento a ser perseguido, a partir de então, não seria o mesmo das décadas anteriores, característico de ampla atuação estatal no processo de substituição de importações. Cardoso (1995) faz uma análise comparativa de sua própria teoria, entre seu estudo sobre a dependência e a apresentação na Conferência em Washington.

No mesmo texto o autor mostra como o conceito de desenvolvimento se expandiu desde os anos de 1960, deixando de ter um foco apenas no progresso técnico e crescimento econômico, passando a ser multidisciplinar, desmembrando-se em diferentes conceitos complementares de desenvolvimento, quais sejam: humano, social, econômico, sustentável etc. Além disso, verifica também como a globalização afetou a inserção internacional dos países, de formas positivas ou negativas, principalmente a partir dos anos 1990, período marcado pelo processo de abertura comercial e financeira dos países subdesenvolvidos.²⁷ O papel do Estado é ressaltado por Cardoso (1995), em que “nos anos 60, tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o Estado tinha de moldar o progresso”.²⁸

Comparando historicamente, “talvez o ponto crucial da diferença entre os anos 60 e os 90 na América Latina seja a questão do regime político. A teoria da dependência nasceu no contexto autoritário” (CARDOSO, *op. cit.*, p. 153). Ao expor as dificuldades crescentes do processo de desenvolvimento em Estados autoritários e fortemente interventores, FHC demonstra o que seria o principal do seu governo: as reformas, como o próprio resume em uma passagem:

As reformas são bem conhecidas: a estabilização econômica num quadro de equilíbrio de contas públicas, a privatização e a liberalização comercial, a criação de infra-estrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde. (CARDOSO, *op. cit.*, pp. 154-55)

²⁷ Que representou um processo de maior abertura comercial e financeira, não só no Brasil mas em grande parte do mundo. É interessante que, como aspecto negativo, CARDOSO (1995) dá o exemplo dos fluxos de capital especulativo, com os quais posteriormente seu próprio governo teria dificuldades com ataques especulativos, em meados de 1998-1999.

²⁸ Cardoso, 1995, p. 152. Continuando, ele afirma que “para muitos teóricos da dependência, a solução só viria através da exacerbação das atribuições do Estado e, no limite, o próprio socialismo”. Os governos ditatoriais latino-americanos, no período em que o autor está se referindo, aproximavam-se ou distanciavam-se do socialismo?

A dependência-associada então, na sua forma revisitada a partir deste discurso, assume caráter primordial na redução do papel do Estado enquanto promotor do processo de desenvolvimento. As privatizações e liberalizações designaram essa função para as empresas de capital estrangeiro, em uma forma mais aguda de associação do que aquela que o próprio FHC teria defendido anteriormente nos anos 1970. A relação pode ser entendida de forma simples: se, através da globalização, intensifica-se a dependência, não se pode abandonar a associação ao capitalismo central, mas sim reafirmá-la.

A questão mais pertinente que Cardoso (1995) não entra em muitos detalhes é de que: se anteriormente a associação ao capitalismo central, através de um papel proeminente do Estado como grande agente em prol do desenvolvimento, não pode tornar a América Latina desenvolvida, por que a manutenção (ou aprofundamento) da associação dependente, a partir agora dos anos 1990, seria capaz de tal feito?

4.2 – O comparativo na ideia da modernização conservadora

Os muitos questionamentos que são levantados, à medida que se aprofunda a análise teórica da dependência-associada de Fernando Henrique Cardoso, são um motivo a mais para buscar uma comparação de sua obra com Florestan Fernandes, entendendo melhor o porquê de a dependência representar esse grande entrave ao desenvolvimento da América Latina. A dependência-associada traz consigo dificuldade para analisar como tal processo poderia ser vantajoso para a periferia, pela latente ameaça de se piorar o quadro de instabilidade política, social e econômica de economias atrasadas entre os anos de 1960 e 1990.

O que se pretende reiterar aqui é que, a partir da análise de Florestan Fernandes, pode-se notar como o estudo de Cardoso, apesar de explicitar a necessidade de uma abordagem além da econômica, peca ao desconsiderar os efeitos justamente sociais, políticos e econômicos de uma “aliança desenvolvimentista” e da industrialização por meio de recursos externos. E é nisso que Florestan Fernandes mostra-se mais contundente para explicitar os problemas de se defender tais formas para superar a dependência e o subdesenvolvimento. A grande diferença que Florestan propõe é que, ao invés de associação ao centro, a ideia seria de uma ruptura com esse tipo de associação, já que esta impede o desaparecimento de estruturas

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

institucionais, políticas, sociais e econômicas dos tempos coloniais²⁹, mantidas a todo custo pela oligarquia agrária para proteger seus privilégios.

Como mostram Pires & Ramos (2009), o termo modernização conservadora foi cunhado por Moore Jr. (1975) para denotar as diferenças do processo do desenvolvimento capitalista a partir das alianças entre os proprietários de terras e os setores produtivos. Em países como Estados Unidos, França e Inglaterra, o caráter revolucionário burguês apareceu de forma mais democrática e nacional, rompendo com a estrutura feudal e as suas formas de privilégio dos proprietários de terras. Já em países como Alemanha e Japão, os dois setores acima citados formaram uma aliança a fim de assegurar as formas privilegiadas dos “terratenentes”, fato que não permitiu uma ruptura histórica definitiva com as relações sociais, econômicas e políticas de estruturas pré-capitalistas dos antigos regimes.

Pires & Ramos (2009) ainda salientam como a modernização conservadora vista por estudiosos nacionais como Florestan Fernandes e Ignácio Rangel, foi entendida a partir do contexto da assimilação das formas capitalistas de organização produtiva no setor agropecuário no Brasil. Como Prebisch (2000) também assinalava, o progresso técnico na periferia não teve sua difusão como nos países centrais; as vantagens comparativas não foram suficientes para manter o nível de preços dos produtos agrícolas e deterioraram-se os termos de troca.

Por isso, Pires & Ramos (2009) mostram como a questão fundiária, à luz da modernização conservadora, foi preservada em sua essência e não se experimentou uma revolução, de fato, em relação à organização de produção no campo. Enquanto parte da estrutura fundiária mais concentrada e privilegiada modernizava-se em formas capitalistas e incorporava processos produtivos modernos, outra parte passou a ser expulsa do campo e forçada a transformar-se em mão de obra livre, deslocando-se para os centros urbanos em busca de trabalho. Esse foi o centro do debate da questão do campo por boa parte do século XX, principalmente no pós-guerra.³⁰

Cimoli, Dosi, Nelson & Stiglitz (2007) fazem um comparativo histórico dos processos de desenvolvimento da América Latina e do Leste Asiático, em linha parecida com a lógica da modernização conservadora. Como demonstram os autores, o êxito do processo de

²⁹ Algo que pode resumir tais estruturas no Brasil, por exemplo: a política do café com leite, no começo do séc. XIX.

³⁰ Ver, por exemplo: RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

desenvolvimento asiático se demonstrou por um ambiente institucional e conjunto de políticas para inibir o comportamento inerte e rentista do empresariado nacional, enquanto que a experiência histórica latino-americana fracassou justamente por não inibir tais comportamentos e, assim, incentivar o ambiente competitivo internamente. O resultado foi que, enquanto o Leste Asiático promoveu as exportações e se tornou mais competitivo internamente, a América Latina permaneceu “voltada para dentro”; no momento da abertura comercial e financeira dos anos 1990, o processo de desenvolvimento do Leste Asiático – que quebrou com estruturas privilegiadas do passado - se mostrou mais preparado para competir internacionalmente, enquanto a América Latina – que permaneceu com estruturas privilegiadas, assim sem inibir a inércia e o rentismo – demonstra-se incapaz de competir internacionalmente com os produtos dos países desenvolvidos.

Fernandes (1981a) mostra como o padrão de dominação burguesa dependente provoca uma articulação paradoxal no desenvolvimento do capitalismo competitivo na periferia, integrando o setor urbano-comercial com o setor agroexportador e as economias do centro. Fernandes (1981b) ainda vai além, descreve que a partir da transição para o capitalismo monopolista, o fator principal passou a ser a hegemonia imperialista, criando formas de associação que, num primeiro momento, eram pautadas pelo “desenvolvimentismo”, mas acabaram por criar um processo “recolonialista”, em que

[...]as estruturas econômicas existentes foram adaptadas às dimensões e às funções das empresas corporativas, as bases para o crescimento autônomo e a integração nacional da economia, conquistadas tão arduamente, foram postas a serviço dessas empresas e dos seus poderosos interesses privados. (FERNANDES, 1981, p. 23)

Logo, essas estruturas de poder consolidadas pelo capitalismo dependente impedem que a problemática da “descolonização” seja solucionada (FERNANDES, 1981b), perpetuando formas arcaicas de relações sociais e econômicas através da aliança política subordinada dos setores fundiários agroexportadores com o capitalismo hegemônico central.

A orientação demonstrada por Cardoso & Faletto (1979), não pode, assim, ser interpretada de forma tão trivial, ao acreditar que a industrialização financiada por capitais externos não causaria maiores problemas e conduziria ao desenvolvimento. Como mostra Fernandes (1981a), “o capital internacional moderniza, mas retira da modernização o seu caráter revolucionário”³¹, isto é, a modernização conservadora conduz a uma contrarrevolução

³¹ Ou seja, a burguesia não poderia completar papel histórico importante, de levar a cabo uma revolução democrático-burguesa. Para mais sobre, e a relação de Trotsky com a teoria latino-americana da dependência, ver Chilcote (2012).

*DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLÓGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES*

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

burguesa no capitalismo dependente que é antidemocrática, antinacionalista e antirevolucionária. Isso acaba, sob a égide de um estado autocrático formado na lógica da dominação burguesa, impedindo um desenvolvimento capitalista que não exclua – com ou sem uso da violência – as classes proletárias e as massas populares.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou analisar o pensamento de dois importantes autores brasileiros sobre o desenvolvimento do capitalismo na condição de dependência, da constituição da burguesia e os entraves da modernização emanada dos países centrais desde o século XIX.

As interpretações sociológicas de Fernando Henrique Cardoso apontam para a importância de analisar-se o desenvolvimento social, histórica e economicamente, pontuando os principais aspectos que o processo causa nas estruturas sociais advindas da constituição da sociedade nacional vinda de passado colonial na América Latina.

A partir da formação de uma burguesia nacional com orientação capitalista, foi superado o íterim de expansão para fora e passou-se a uma orientação para dentro, em que, através da industrialização, os países latino-americanos poderiam abastecer o mercado interno por sua estrutura produtiva nacional, substituindo a necessidade de importar bens de consumo. Dessa forma, as alianças desenvolvimentistas não teriam impedimento para associarem-se ao capital estrangeiro para implantar a indústria interna e conduzir a nação ao desenvolvimento.

Florestan Fernandes atribui a concepção de desenvolvimento à maneira como a sociedade nacional luta por um objetivo em comum a ser alcançado em prol da melhoria social de todos; o desenvolvimento encarado como um problema nacional (FERNANDES, 1971). A Revolução Burguesa que se constitui nas sociedades nacionais a partir da ruptura com o pacto colonial até as crises do capitalismo central na primeira metade do séc. XX representam o desenvolvimento do capitalismo dependente na periferia do mundo, modificando as estruturas sociais que existiam na época da dinâmica Metrópole-Colônia.

Mas a Revolução Burguesa na América Latina, apesar de se demonstrar revolucionária, de fato era reacionária e conservadora, com vistas a estabelecer alianças com as estruturas fundiárias agroexportadoras privilegiadas e instituir regimes de Estado autocráticos para confirmar os privilégios dessas classes dominantes e subjugar os direitos das classes proletárias e das massas populares.

Passou-se a acreditar nessas alianças para o objetivo da industrialização e o abastecimento interno através do capital estrangeiro, e associar-se com as economias centrais é tido como natural, além de que aprofundar a associação seria a meta para o desenvolvimento econômico (FERNANDES, 1981a, p. 242). Isso, porém, passou a limitar a ação da burguesia aprofundando a sua condição heteronômica em relação ao capitalismo financeiro internacional. Mesmo com a mudança que Cardoso (1995) salienta entre as economias nacionais entre os anos 1960 e 1990, o aprofundamento da associação continua sendo defendido com o objetivo do desenvolvimento econômico, agora na forma da orientação dominante do Consenso de Washington de se respeitar as “regras do jogo”.

Apesar da defesa de FHC do desenvolvimento da América Latina a partir da dependência-associada, a associação com as economias centrais permitiu a expansão dos conglomerados hegemônicos na periferia, modernizando diversas estruturas produtivas, mas a partir da lógica dependente da dominação externa, aprofundando situações de heterogeneidade social pela concentração de capital e a heterogeneidade social causada pela expulsão das classes não privilegiadas do campo.

A modernização conservadora é uma forma do desenvolvimento capitalista que impede que se foque na raiz do subdesenvolvimento de que falava Furtado (1992): a assimilação de técnicas produtivas modernas para dinamizar e diversificar empreendimentos complexos confrontante com a procura de setores privilegiados das economias subdesenvolvidas por adaptar-se aos padrões de vida das economias centrais.

É preciso ter em mente as dificuldades de desenvolvimento de economias atrasadas, além de montar um Estado que diminua as debilidades de uma burguesia nacional dependente que, historicamente, por si só não conseguiu ser o agente do desenvolvimento econômico dos países periféricos. No pós-guerra, ao comparar-se a experiência de países asiáticos com os latino-americanos, os primeiros tiveram maior êxito ao conseguirem superar organizações antigas da sociedade nacional – na forma oposta da modernização conservadora, pois puderam de fato discutir reformas agrárias. Na América Latina, governos autoritários tornaram-se impasse para aprofundar debates nesse sentido, e o atraso das economias não foi, de todo, superado.

Também uma associação ao capital internacional dificultaria o processo histórico de superação do subdesenvolvimento, tendo em vista o poderio tecnológico e financeiro das grandes empresas dos países centrais. Esse é outro paralelo que pode ser feito entre as experiências históricas de Ásia e América Latina que indica como o processo de

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: INTERPRETAÇÕES
SOCIOLOGICAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E FLORESTAN
FERNANDES

DOI - 10.5935/1981-4747.20170017

industrialização latino-americana teve problemas para constituir uma autonomia tecnológica. O processo de substituição de importações, na verdade, foi um *endeavour* grande demais para a periferia latino-americana. Mal podia se sustentar níveis elevados de acumulação de capital, caracterizando o processo como uma sofisticação de importações, como mostra Furtado (1981). Assim, um processo de desenvolvimento que não rompe com o passado colonial cria um círculo histórico vicioso, impedindo o país de superar a condição subdesenvolvida.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, 5. ed.

CARDOSO, F. H. **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, 2. ed.

_____. **Dependência, Desenvolvimento e Ideologia**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV, vol. 10(4), pp. 43-71, out/dez 1970.

_____. **Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos**. São Paulo: Revista de Economia Política, vol. 15, nº 4 (60), outubro-dezembro/95.

CERQUEIRA, L. **Florestan Fernandes: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CIMOLI, M., DOSI, G., NELSON, R. R., STIGLITZ, J. **Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Inovação, n. 6 (1), pp. 55-85, janeiro/junho 2007.

CHILCOTE, R. H. **Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento**. Campinas: Crítica Marxista, n.34, p. 87-110, 2012.

DOS SANTOS, Theotonio. **Os Fundamentos Teóricos do Governo Fernando Henrique Cardoso**. Ciências e Letras Fapa, Porto Alegre, RS, n.17, p. 121-142, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a, 3. ed.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b, 3. ed.

_____. **O Desenvolvimento como Problema Nacional**. In: **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, 2. ed.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981c, 1. ed.

FURTADO, C. **O subdesenvolvimento revisitado**. In: Economia e Sociedade. Campinas: n.1., 1992, p.13.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

_____. **Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica**. São Paulo: Revista de Economia Política, Vol. 1, nº 1, janeiro-março/1981.

GARCIA, S. G. Destino ímpar. São Paulo: Editora 34, 2002.

LIMONGI, F. **Fernando Henrique Cardoso: teoria da dependência e transição democrática**. São Paulo: Novos estudos, CEBRAP, no.94, Nov. 2012.

MARTINS, J. S. **Florestan: sociologia e consciência social no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

MICELI, S. (org.). **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 1995.

MOORE JR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. **O termo modernização conservadora: Sua origem e utilização no Brasil**. Jul/set/2009. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, p. 411-424, 2009.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

PREBISCH, R. *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. In: **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Org: BIELSCHOWSKY, Ricardo. CEPAL: 2000, Vol. I

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SEREZA, H. C.. **Florestan: a inteligência militante**. São Paulo: Boitempo, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre a economia brasileira**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ⁱ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria – PPGE&D/UFSM. E-mail: giuliano.longhi@hotmail.com